

Cristino Gallo



Audiência que reuniu juristas foi encerrada com apresentação do maestro João Carlos Martins e do violinista Sergei de Carvalho

## Maior chance de punir crime contra a administração

Projeto de Demostenes Torres aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, estabelece prazo único de dez anos para a prescrição de crimes

**O**s crimes contra a administração pública poderão ter um mesmo prazo para prescrição, de dez anos a contar da prática do ato ilícito, segundo projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A prescrição é a extinção do direito de ação em decorrência da perda do prazo estipulado pela lei. A proposta aprovada, de Demostenes Torres, altera a Lei de Improbidade Administrativa, pela qual as

ações podem ser propostas no prazo de até cinco anos após o término do mandato ou do exercício do cargo. Demostenes considera razoável o prazo único de dez anos, de modo a diminuir a possibilidade de ocultação de informações pelo agente e – no caso de detentor de mandato eletivo – de sua reeleição. A CCJ aprovou outros projetos, como o que estabelece punição mais rigorosa para adulteração de combustível. **6 e 7**

## Busca da felicidade poderá ser expressa na Constituição

A maioria dos convidados para debate na Comissão de Direitos Humanos concordou com anteprojeto de emenda constitucional que acresce o trecho “são direitos sociais, essenciais à busca da felicidade” antes de relacionar tais direitos definidos para as áreas de educação, saúde e trabalho, entre outras. **4**

## Jefferson Péres é lembrado como um exemplo de ética

Discursos feitos ontem, na homenagem do Plenário ao senador amazonense falecido há dois anos, destacaram o compromisso de Jefferson Péres com a ética na política e com a lisura na administração pública. **8**



Gerardo Magêlo

## Governo não aparece em debate sobre a Petrobras

Na audiência pública conjunta da CAE e da CCJ, ontem, sobre o projeto de capitalização da Petrobras para explorar a camada pré-sal, os representantes do governo não compareceram. **3**

Oposição e convidados discutiram as alternativas ao projeto do governo, que prevê a emissão de títulos públicos

Waldemir Boreto



Senador Jefferson Praia (D) discursa da tribuna, na homenagem que foi sugerida por ele para lembrar os dois anos da morte do então senador Jefferson Péres

CMO aprova relatório e LDO já pode receber emendas **3**

Senado discute participação da Telebrás na banda larga **4**

Educação busca meta de 10% do PIB em investimentos **5**

Tasso Jereissati entrega relatório na CCJ, com 23 emendas à proposta elaborada por comissão temporária, mas senadores pedem mais prazo para analisar as mudanças

# Novo Regimento Interno deve ser votado em 15 dias

O SENADOR TASSO Jereissati (PSDB-CE) apresentou ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer sobre 75 emendas de Plenário e quatro emendas da própria comissão a projeto de resolução (PRS 17/09) que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal (RISF). A votação estava prevista para ontem, mas pedido de vista coletiva encaminhado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) levou o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a adiar o exame da proposta por 15 dias.

Tasso informou ter acolhido 23 emendas – 14 parcialmente, na forma de subemenda, e nove integralmente – e rejeitado as 56 restantes. Apesar de ressaltar a qualidade do trabalho realizado pela Comissão Temporária para a Reforma do RISF – que promoveu alterações em cerca de 190 artigos do regimento –, o relator na CCJ considerou necessário fazer novos ajustes na redação final.

Nos dispositivos que tratam do uso da palavra, por exemplo, agregou emendas para garantir maior participação dos senadores na discussão das matérias.

Nessa mesma direção, decidiu rever a proposta de tramitação terminativa de tratados e acordos internacionais – estabelecida no artigo 90 do PRS 17/09 –, resgatando a determinação do regimento em vigor de apreciação dessas matérias pelo Plenário do Senado.

Segundo explicou ainda, as inovações trazidas pelo projeto relativas às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), ao número e às competências das comissões permanentes, à realização de sessões especiais e ao funcionamento do colégio de



José Cruz

Tasso quer assegurar maior participação dos senadores na discussão de projetos

líderes também foram aperfeiçoadas por meio de subemenda ou emenda da relatoria.

Após a apresentação do relator, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) considerou que não adianta fazer um novo Regimento Interno se ele não for obedecido e não imprimir maior funcionalidade e objetividade

aos trabalhos.

Questionado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre os próximos passos na tramitação do PRS 17/09, Demostenes informou que, após ser aprovado pela CCJ, o projeto volta ao exame da comissão temporária e, daí, segue para o Plenário do Senado.

## Simon diz que proposta de reforma aumenta a estrutura do Senado

Em documento com mais de cem páginas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou ao Plenário ontem proposta alternativa à da Mesa do Senado para a reforma administrativa da Casa. O senador divulgou diagnóstico, atribuído à Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontando uma suposta tentativa de escalões burocráticos do Senado de manter privilégios e posições no plano de cargos e salários em curso na Casa.

Simon citou como exemplos de hipertrofia administrativa os casos da polícia do Senado – cuja estrutura daria a impressão de que a Casa “está prestes a enfrentar uma situação de beligerância” – e do Departamento de Obras e Engenharia, cujo tamanho comparou, ironicamente, ao da comissão responsável pela construção da capital federal.

Simon destacou o trabalho da subcomissão que estuda a reforma admi-

nistrativa do Senado, presidida pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e cujo relator é Tasso Jereissati (PSDB-CE). Mas manifestou o temor de que esse trabalho não chegue a qualquer lugar, pelo fato de os senadores estarem sendo “atropelados por um tal plano de cargos e salários”, que, em sua opinião, não deve ser votado agora.

– Devia-se esperar a reforma para, baseado nela, fazer a aplicação caso a caso – opinou.

A pedido de Simon, o presidente da sessão, senador Mão Santa (PSC-PI), determinou a publicação do diagnóstico e das sugestões do senador gaúcho.

Em aparte, Tasso Jereissati lembrou que fez um alerta sobre esse plano no dia 19. Segundo ele, as mudanças propostas podem provocar aumento de 30% nos salários. Renato Casagrande (PSB-ES) pediu uma análise da



Waldemir Barreto

Simon disse que “escalões burocráticos” querem manter privilégios no Senado

Mesa do Senado sobre as repercussões financeiras do projeto e disse que não é contra a ideia em si.

## Sarney: reformulação será modelo para a administração pública

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a reforma administrativa da Casa será modelo para a administração pública. Ele afirmou que o Senado saiu na frente e boa parte das medidas sugeridas já está sendo implementada, representando um salto de modernização. Segundo Sarney, a Casa vai ganhar em transparência, visibilidade e eficiência, e todas as decisões estão sendo submetidas ao conjunto de senadores e funcionários.

– Durante toda a elaboração do trabalho [de reforma administrativa], os senadores puderam opinar. É um tema muito complexo, mas a comissão que cuida do assunto é de alto nível – explicou Sarney, que acredita que a reforma administrativa poderá ser votada pelo Plenário antes do recesso de julho.

A subcomissão que estuda a reforma administrativa é formada pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).



Jane Araújo

Em comemoração aos 90 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia, uma comitiva de deputados poloneses visitou ontem de manhã o presidente do Senado, José Sarney. Participaram do encontro (foto) o presidente do Grupo Parlamentar Polônia-Brasil, deputado Tomasz Piotr Nowak, e os deputados Krzysztof Gadowski, Eugeniusz Klopotek e Wojciech Szarama. Presidente do

Grupo Parlamentar Brasil-Europa, o deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) acompanhou a comitiva ao Senado. Durante o encontro, Tomasz Piotr Nowak disse que os turistas brasileiros deviam visitar mais a Polônia. Sarney afirmou, por sua vez, que o Brasil é quase um continente na sua diversidade e que isso também deve ser um atrativo para os turistas poloneses.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Homenagem ao contabilista

14h Na hora do expediente, será comemorado o Dia do Contabilista. A pauta da ordem do dia está trancada pelos projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal.

### Presidência Cooperação técnica e cultural

11h30 O presidente do Senado, José Sarney, assina protocolo de intenções com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para promover intercâmbio e cooperação técnica, científica e cultural. Às 13h, participa de almoço oferecido pelo presidente Lula ao primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, no Palácio Itamaraty. Às 16h, preside a ordem do dia.

### Congresso Créditos suplementares

10h O Congresso reúne-se no Plenário da Câmara para votar projetos que liberam créditos suplementares e especiais para órgãos do governo federal.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Não comparecimento de representantes da estatal e dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda motiva protesto de senadores em reunião da CAE e CCJ. Relator diz que Executivo quer "votar na marra" a proposta

# Governo ignora debate sobre projeto que prevê capitalização da Petrobras

A AUSÊNCIA DE representantes da Petrobras e dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia impediu a realização, na tarde de ontem, do debate com o governo sobre o projeto de capitalização da estatal, em audiência pública das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ). Apenas um senador da base governista compareceu à reunião.

Participaram da audiência os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), relator na CCJ do projeto (PLC 8/10) que regulamenta a capitalização; Francisco Dornelles (PR-RJ), que

apesar de ser da base governista é contrário à proposta; Tasso Jereissati (PSDB-CE); Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Os parlamentares protestaram contra a ausência dos representantes convidados e dos senadores da base governista. Jereissati disse que os representantes do governo não compareceram porque talvez não pudessem "explicar o inexplicável".

Já Antonio Carlos Júnior afirmou que as ausências na reunião mostram que o governo não quer discutir o assunto e pretende "tratorar, votar na marra" o projeto. Além de afirmar que

o objetivo das mudanças propostas é reestatizar o setor de petróleo, o senador salientou que o projeto tem sérios vícios e inconstitucionalidades.

Dornelles disse que o sistema de partilha proposto pelo governo para exploração do petróleo da camada pré-sal é na verdade a montagem de um paraíso fiscal com a criação de uma grande burocracia de insegurança jurídica.

Por sua vez, Flexa Ribeiro afirmou que o debate sobre as mudanças propostas pelo governo para a exploração do petróleo da camada pré-sal não deve ser feito em Plenário, mas nas comissões.

José Agripino disse que não aposta "nenhuma ficha e muito menos títulos públicos em petróleo que se encontra a 5 mil metros de profundidade, com preço flutuante e futuro energético imprevisível".

Arthur Virgílio estranhou especialmente a ausência do senador Edison Lobão (PMDB-MA), que foi ministro de Minas e Energia e ajudou a elaborar os projetos do pré-sal. Assinalou que a oposição jamais foi contra a votação dos projetos, mas apenas queria a retirada da urgência constitucional para que as matérias pudessem ser minimamente discutidas.

## Comissão dá apoio ao turismo, diz Neuto De Conto

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ressaltou, durante a solenidade de abertura do 5º Salão do Turismo – roteiros do Brasil, em São Paulo, que a comissão presta relevantes serviços ao setor, dando-lhe visibilidade no âmbito do Senado. O evento, promovido pelo Ministério do Turismo, acontece no Parque Anhembi, na capital paulista, até o próximo domingo.

Neuto De Conto parabenizou a iniciativa do Ministério do Turismo e destacou também a importância do setor para a geração de riquezas para o país. "O quinto produto que mais traz divisas para o Brasil é o turismo", disse o senador, lembrando que o país ocupa a 13ª posição no ranking mundial do setor.

## Lúcia Vânia elogia feira multissetorial de Rio Verde

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) celebrou ontem a realização da Feira de Indústria, Comércio e Prestação de Serviços (Sudoexpo) de Rio Verde (GO), que começou dia 25 e vai até 29 de maio.

Segundo ela, trata-se da maior feira multissetorial do Centro-Oeste, da qual deverão participar cerca de 30 empresas, instituições de ensino e órgãos públicos de Goiás.

Lúcia Vânia observou que o estado se mantém forte no setor agropecuário e também avança na industrialização, crescimento que pode ser observado pelos pedidos de financiamento ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com elevação de 47% no valor de desembolsos e de 99% nas operações. Para ela, a feira atingiu "nível de amadurecimento e profissionalismo" e deve receber 40 mil visitantes.

– Rio Verde se transformou num formidável polo econômico da região – elogiou.



Garibaldi Alves (C) coordenou debate entre Marcos Rechtman (FGV), Oswaldo Pedrosa (ABPIP), Luiz Leonardo Cantidiano, consultor, e Durval Soledad, advogado

## Debatedores sugerem outras formas para injetar recursos

Como convidados, participaram da audiência o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Oswaldo Pedrosa; o consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcos Rechtman; o ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e consultor contratado pela Petrobras Luiz Leonardo Cantidiano; e o advogado Durval Soledad.

Cantidiano reconheceu que

seria um problema estabelecer um valor definitivo para os títulos públicos, cujos valores variam, e compatibilizá-lo com os valores do desconhecido custo de exploração de um petróleo cujo preço futuro é impossível estabelecer.

Pedrosa disse que as propostas para o marco regulatório praticamente paralisaram todos os processos licitatórios em regime de concessão das áreas chamadas "campos marginais"

e "regiões maduras" em terra.

Durval Soledad questionou a forma como o governo quer capitalizar a Petrobras porque, como alegou, dessa maneira a capitalização permite a todos os acionistas utilizarem os títulos que tenham para participar do processo. Durval também observou que título público é um bem e, por lei, teria que obrigatoriamente ser avaliado antes. Neste caso, explicou que a União e os acionistas possuidores de títulos

públicos estariam legalmente impedidos de votar na assembleia reunida para aprovar a avaliação desses títulos.

Marcos Rechtman defendeu regras simples e transparentes, pois os investidores podem tomar decisões mais rápidas. Ele ressaltou a importância da governança administrativa, área bem desenvolvida na Petrobras, e o papel descentralizador dos investimentos desempenhado pelas pequenas empresas.

## Comissão aprova relatório da LDO e abre prazo de emendas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, elaborado pelo senador Tião Viana (PT-AC). O prazo para apresentação de emendas começa hoje e vai até 7 de junho. O relatório final da LDO deve ser aprovado até o dia 17 de julho para que o Congresso Nacional possa entrar em recesso.

Tião Viana ressaltou que o Anexo de Metas e Prioridades do projeto da LDO terá como referência a segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que

vem sendo discutido pelo Executivo junto às prefeituras. O anexo costuma integrar o projeto da LDO encaminhado anualmente pelo governo ao Congresso. Neste ano, porém, o anexo será incluído pela própria CMO.

A emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, quando relativa a obra, deverá contemplar pelo menos a conclusão de uma etapa ou trecho do empreendimento. O valor total do anexo poderá ser aumentado em até 25% para atender as emendas individuais e coletivas. Serão considerados prioritários os projetos de grande vulto.

## Novos critérios para a paralisação de obras

O ministro chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, defendeu, em audiência pública realizada ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a criação de novos critérios para a paralisação de obras públicas no país pelos órgãos fiscalizadores.

Segundo ele, a indicação de paralisação de obras públicas deveria ser o último recurso

proposto e somente seria conveniente em situações extremas.

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, senador Tião Viana (PT-AC), apontou o modelo de contratação de obras baseado em preços unitários como sendo a principal causa de geração de problemas de sobrepreço em obras públicas.

Respondendo a Tião Viana, o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Wiechers, observou que, para a implementação dos contratos baseados em preços unitários, é necessário que as empresas apresentem projetos básicos detalhados, que reflitam os gastos reais das obras, o que não acontece atualmente.



Ministro Jorge Hage (E), deputado Waldemir Moka, senador Tião Viana e ministro Ubiratan Aguiar, presidente do TCU

Conclusão de participantes de audiência pública é a de que, no Plano Nacional de Banda Larga, a estatal pode restringir sua atuação à oferta de rede de fibras óticas



Igor Vilas Boas (E), Rogério Santana dos Santos, Flexa Ribeiro, Magdiel da Costa Santos e Eduardo Levy no debate da CCT

## Telebrás não deve oferecer internet, dizem debatedores

UM DOS PONTOS mais polêmicos do novo Plano Nacional de Banda Larga, o atendimento direto ao consumidor pela reativada estatal Telebrás, em concorrência com empresas privadas, pode ser evitado. Essa foi uma das principais conclusões de audiência pública sobre o tema promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo o presidente da Telebrás, Rogério Santana dos Santos, o principal objetivo do plano é o de estabelecer a concorrência no mercado nacional de banda larga e reduzir os preços finais ao consumidor. Ele observou que em apenas 184 municípios brasileiros existe competição no mercado de telecomunicações. Mais de 3 mil municípios, afirmou, "estão condenados pelo mercado à desconexão eterna".

Por meio de uma rede nacional de fibras óticas do governo,

que será colocada à disposição pela empresa estatal reativada, observou o presidente, será possível garantir acesso mais barato à internet para pequenas empresas provedoras de todo o país. Com isso, se estabelecerá maior competição no mercado, o que levaria à redução de preços ao consumidor.

Até esse ponto haveria consenso, ressaltou o presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Mas ele questionou Santos se a estatal teria intenção de levar serviços de internet ao consumidor final.

De acordo com o presidente da estatal, isso só ocorrerá se não houver interesse por parte de nenhuma empresa privada. E citou o caso do Canadá, onde o governo leva telecomunicações a aldeias distantes.

Situação semelhante pode não se repetir no Brasil, segundo o presidente da Associação Global

Info de Provedores, Magdiel da Costa Santos. Representando mais de 700 provedores localizados em cerca de 1.200 municípios, ele garantiu que sempre haverá interesse dos provedores independentes pelo acesso, a um preço razoável, à rede de fibras óticas a ser gerida pela Telebrás.

– Se tivermos o nosso insumo principal a um custo mais baixo do que atualmente, não haverá nenhum município no Brasil onde a Telebrás seja obrigada a atuar diretamente junto ao consumidor – disse.

A grande repercussão do plano, segundo o presidente da Telebrás, deve-se ao fato de que as maiores operadoras de telecomunicações do país pretendem evitar a competição. À medida que se expande a banda larga, previu, o serviço de voz ofertado pelas telefônicas perde importância no negócio.

## Empresas garantem que país terá cobertura total

Segundo o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Fixa e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Eduardo Levy, a cada sete minutos se estabelece um novo acesso de banda larga no país. Ele previu que todos os municípios terão conexão de banda larga à internet até o final deste ano e criticou a alta carga tributária incidente no Brasil sobre os serviços de telecomunicações: 40,15%, contra

25% na Argentina e 19% no Chile, por exemplo.

Já o consultor legislativo do Senado Igor Vilas Boas de Freitas considerou adequada a decisão de colocar à disposição dos consumidores a rede ociosa de fibras óticas agora em poder da Telebrás. Ele questionou, porém, se não seria mais eficiente ter o setor privado à frente do programa.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) – autor do pedido de

realização da audiência, junto com Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Renato Casagrande (PSB-ES) – disse ter sido sempre um defensor da iniciativa privada. Ele elogiou, porém, a oferta de uma nova opção de acesso à internet, negócio que, a seu ver, tem tanto ou mais importância que a extração de petróleo do pré-sal. Casagrande elogiou o plano do governo, que vai usar infraestrutura já disponível, "que fazia e faz falta" ao país.

## Aprovada mudança no CPC sobre guarda de dados

Proposta que altera o Código de Processo Civil (CPC) para dar tratamento jurídico diferenciado às informações armazenadas em meio eletrônico, distinguindo-as das provas que consistem em coisas ou documentos, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 231/07), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), introduz uma ressalva ao dever processual de exibir

coisa ou documento quando a informação estiver armazenada eletronicamente. O relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), afirma que tal ressalva é necessária porque, atualmente, o CPC permite aos juízes exigir que uma das partes num processo apresente documentos ou coisas que estejam em seu poder. Ele argumenta que, como o atual CPC foi instituído em 1973, "não se destinava a atender exigências de natureza eletrônica".

Colombo observou que a não exibição das informações pode resultar em presunção de culpa e autoriza o juiz a admitir como verdadeiras as acusações da parte contrária. Por isso, a proposta de Valadares permite que as informações requisitadas não sejam apresentadas se for provado "que a perda ou destruição de prova baseada em informação armazenada eletronicamente resultou de ação ou omissão involuntária ou não decorrente de má-fé".

## Entidade quer na Constituição direito à busca da felicidade

A inclusão do direito à busca da felicidade entre os direitos sociais expressos no artigo 6º da Constituição brasileira contribuirá para a criação de um novo paradigma a ser observado pelo Estado na elaboração e na execução de políticas públicas.

Essa é a opinião do presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Luciano Borges, que participou de audiência promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A ideia, porém, não teve apoio unânime dos debatedores. Daniel Seidel, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), qualificou a proposta de "vazia".

A audiência pública foi sugerida pelo presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para discutir um anteprojeto de proposta de emenda à Constituição com aquela finalidade, que o Movimento + Feliz pretende apresentar ao Congresso

Nacional.

Luciano Borges enfatizou que a preocupação dos magistrados é dar conotação objetiva ao direito à busca da felicidade. Ele reconheceu, no entanto, que a felicidade pode incluir aspectos subjetivos, que não devem ser contemplados na Constituição e nem merecem tutela do Estado.

Por sua vez, Mauro Motoryn, idealizador do Movimento + Feliz, argumentou que, apesar de os direitos sociais básicos já estarem assegurados na Carta, a qualidade do fornecimento deles não está explícita.

O anteprojeto de emenda constitucional sugere o acréscimo da expressão "são direitos sociais, essenciais à busca da felicidade", antes de relacionar tais direitos, definidos no artigo 6º como direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados, explicou.



O jurista Ives Gandra (D) em reunião na CDH presidida por Cristovam (C)

## Especialistas concordam em normatizar sugestão

Na avaliação do jurista Ives Gandra Filho, a sugestão da PEC é importante, uma vez que coloca o fornecimento dos direitos sociais pelo Estado como essencial à felicidade das pessoas.

– Se o Estado promover educação, saúde e os outros direitos sociais, cada um vai poder buscar a felicidade – disse o jurista.

O advogado Marco Sabino, especialista em Direito Constitucional, afirmou que é possível normatizar o direito à busca da felicidade, uma vez que há aspectos objetivos que levam a essa condição. Ele explicou que muitas pesquisas científicas, como na área econômica, apontam para critérios objetivos que caracterizam uma população como feliz.

O representante do Ministério Público, o procurador Alexandre Camanho de Assis, defendeu a ideia de o Estado desempenhar o papel de "aglutinador" dos sonhos individuais e servir de "indutor da felicidade".

Já Ulisses Riedel, advogado

e fundador da instituição religiosa União Planetária, considerou que, para uma pessoa buscar a felicidade, precisa ter as condições materiais supridas, mas ele frisou haver outros valores importantes para oferecer felicidade ao ser humano, como a solidariedade, que, opinou, pode contribuir para a construção de uma sociedade livre e igualitária.

### Críticas

O representante da CNBB, Daniel Seidel, defendeu que os direitos sociais devem ser reforçados e o governo, ao implantar os programas sociais, deve trabalhar com o conceito de bem-estar. Para ele, a noção de felicidade é algo subjetivo, que pode levar a uma ampliação vazia do assunto e comprometer as conquistas sociais.

A sugestão de PEC, afirmou, parece ser "uma grande campanha de marketing". Ele cobrou propostas de políticas públicas concretas para sustentar a ideia de garantir a busca da felicidade pelas pessoas.



Rosalba Ciarlini preside debate na Comissão de Assuntos Sociais, tendo ao lado Paulo Paim, Marlete Queiroz e Edson Santos

## Ciganos enfrentam discriminação e analfabetismo

A discriminação e o analfabetismo estão entre os principais problemas enfrentados pela população cigana no país. Foi o que relataram os participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Segundo Perly Cipriano, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, "o Brasil é possivelmente a segunda maior nação cigana do mundo".

A advogada e cigana Mirian Stanescon afirmou que a comunidade começou a sair da invisibilidade a partir de 2005, devido às ações de movimentos sociais e do atual governo. Ela disse que

estimativas não oficiais indicam a existência de 800 mil a 1 milhão de ciganos no país. Mirian é autora da cartilha *Povo cigano: o direito em suas mãos*.

### Barreiras

Já o padre Wallace do Carmo Zanon, que dirige a Pastoral dos Nômades do Brasil, e a cigana Marlete Queiroz apontaram não apenas a discriminação contra essa etnia, mas também as dificuldades que a comunidade – boa parte dela nômade – encontra para estabelecer seus acampamentos, mesmo quando tem permissão governamental.

Marlete Queiroz, que é secretária da Associação Cigana das Etnias Calons do Distrito Federal e Entorno, disse que cerca de 99% dos ciganos nessa região

são analfabetos.

Por sua vez, o ministro Eloi Ferreira de Araujo, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, declarou que uma das missões dessa secretaria é "pensar, articular e coordenar políticas públicas que beneficiem os povos ciganos".

Ele citou ações promovidas pelo governo, como a instituição do Prêmio Culturas Ciganas e a criação, no ano passado, de um centro de referência cigana na cidade de Sousa, na Paraíba.

Também participaram da audiência pública da CAS o senador José Nery (PSOL-PA) e o deputado federal Edson Santos, ex-ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Famílias de ciganos acompanham debate na CAS: governo diz que Brasil pode ser segunda maior nação cigana do mundo

## Nova regra para propaganda eleitoral suspensa

O tempo de propaganda eleitoral no horário gratuito, no rádio e na televisão, que o partido político ou coligação vier a perder por determinação judicial em razão de infração cometida, e que não for utilizado para direito de resposta, será aproveitado para divulgação de propaganda educativa sobre as eleições. A determinação está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A lei em vigor pune os partidos e as coligações que utilizam indevidamente o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão com a perda do tempo de que dispõem. Como conse-

quência, caso não seja utilizado para direito de resposta, o espaço destinado originalmente à propaganda eleitoral no rádio e na televisão fica sem imagem ou som, havendo apenas a exibição de letreiro informando qual partido ou coligação a que pertencia aquele tempo e uma mensagem relativa à punição.

Para a autora do projeto, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), esse espaço não utilizado pode ser aproveitado em benefício do eleitor, em propagandas educativas diversas sobre procedimentos eleitorais, "como o uso da urna eletrônica, os documentos que o eleitor precisa apresentar na votação e condutas permitidas e proibidas

no período eleitoral".

Pelo projeto (PLS 564/09), que acrescenta dispositivo ao artigo 58 da Lei 9.504/97, durante a transmissão da propaganda educativa, será veiculada mensagem com o nome do partido ou da coligação ao qual o tempo de propaganda foi originalmente destinado e as razões de sua exclusão.

Em seu parecer favorável, o relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), afirma que o aproveitamento de um espaço ocioso, no rádio e na televisão, com informações sobre procedimentos eleitorais "é algo verdadeiramente salutar, pelo seu grande alcance social e pelos resultados altamente benéficos".

Especialistas reunidos em debate na CE dizem que nível do ensino só vai ter ganhos significativos se país passar a reservar ao setor uma maior parcela da riqueza nacional

## Recursos para educação precisam ganhar uma fatia maior do PIB

NÃO SERÁ POSSÍVEL

elevar o padrão de ensino no Brasil sem aumentar a participação da educação nos recursos do produto interno bruto (PIB), concluíram ontem os participantes de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE). Como destacou a consultora legislativa Mariza Abreu, da Câmara dos Deputados, os investimentos no setor continuam estagnados

frente ao PIB, numa proporção ao redor de 4,7%.

A sugestão do debate foi das senadoras Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Mariza Serrano (PSDB-MS) e a audiência foi conduzida pela presidente da CE, Fátima Cleide (PT-RO).

A audiência avaliou os resultados da Conferência Nacional de Educação (Conae), que se realizou entre 28 de março e 1º de abril deste ano, em Brasília, e deu aos senadores subsídios para a análise do Plano Nacional de Educação (PNE) – que deve vigorar pelos próximos dez anos, a partir de 2011 –, ainda em fase de elaboração no governo.

O próximo PNE será elaborado com base na Emenda Constitucional 59/09, que prevê mudança



Fátima Cleide presidiu debate de ontem, sobre aumento dos investimentos em educação

na regra de destinação dos recursos, hoje fixada em percentuais sobre as receitas líquidas (18% para a União e 25% para estados e municípios).

O documento final da Conae propõe a ampliação gradativa dos atuais percentuais do PIB para a educação até que, em 2014, seja atingido o patamar de 10%. Entidades que representam trabalhadores e dirigentes da área referendaram o pleito. Mariza Abreu sugeriu a todos que procurem os candidatos à Presidência da República para saber desde já a proposta que defendem em termos de investimentos para a educação.

– Nada melhor do que fazer com que eles se comprometam agora – sugeriu.

## Marisa sugere uma meta de 6%, mais realista para 2014

Para a senadora Mariza Serrano, o patamar de recursos de 10% do PIB proposto para 2014 dificilmente será alcançado. Para ela, melhor seria ter em vista uma meta "factual", ao redor de 6%, e depois trabalhar para que seja ampliada. A senadora lembrou ainda que, devido às pressões da oposição – hoje no governo – naquele momento (durante o governo de Fernando Henrique Cardoso), o plano atual incluiu metas irrealizáveis.

– Há uma série de metas tão fantasiosas que ninguém acreditou que fossem mesmo conseguidas – assinalou.

Leocádia Maria da Hora Neta, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, disse ser importante

também definir uma meta de custo por aluno que reflita valores reais dos gastos necessários para uma educação de qualidade.

Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, acusou a União de arrecadar muito e atender com "timidez" a educação. Ele elogiou o "protagonismo" do movimento estudantil por reivindicar 50% das futuras receitas do fundo social do pré-sal para essa área.

Rosalba Ciarlini criticou o governo federal e os estados pela posição centralizadora frente aos municípios, em relação a recursos e ao planejamento das ações educacionais. "É como se fossem perder poder", afirmou.

## Relator da CPI do MST ouve depoimentos e diz que não tem perguntas a fazer

"Não tenho nenhuma pergunta a fazer, só quero parabenizar os três ministérios pelo excelente trabalho que estão desenvolvendo". A frase é do deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP), relator da CPI

mista criada para investigar supostas irregularidades em convênios firmados entre a União e entidades ligadas à reforma agrária. Representantes dos ministérios da Cultura, do Trabalho e Emprego e do Meio

Ambiente negaram qualquer irregularidade nos convênios, cuja investigação motivou a criação da própria comissão no ano passado.

Pelo Ministério do Trabalho, Manoel Eugênio Guimarães

de Oliveira garantiu que até o momento não foi confirmada a suspeita de fraude no convênio com o Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec), mas admitiu que o centro foi inscrito como inadimplente

no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) em virtude de não ter prestado esclarecimentos sobre o grande número de CPFs inválidos entre os participantes do curso de capacitação previsto.

## SERYS APLAUDE NOVO CANAL DE TV

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comunicou ao Plenário que a cidade de Jaciara, no sul de Mato Grosso, contará a partir de sábado com um novo canal de televisão: a Record News. Ela cumprimentou o Grupo Brunini de Comunicações, que investiu no novo canal, o qual vai beneficiar vários municípios próximos.

Serys disse que o Grupo Brunini foi um dos pioneiros da comunicação em Mato Grosso, tendo fundado a primeira emissora de rádio do Centro-Oeste, a Rádio Voz do Oeste, há mais de 80 anos.

## VALTER PEREIRA ROMPE COM GOVERNADOR DO MS

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou ontem seu rompimento político com o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, de seu partido. Segundo Valter Pereira, o governador rompeu com o compromisso de não interferir na escolha do candidato do PMDB ao Senado.

– O único compromisso que exige e que o governador apalavrou foi que a máquina pública não fosse aparelhada para influir no resultado. Sucedeu exatamente o contrário – afirmou o senador.

Valter Pereira, que perdeu a indicação para o deputado federal Waldemir Moka, relatou sua história no PMDB, partido no qual já foi tesoureiro, secretário, presidente regional, presidente estadual e líder do partido na assembleia de Mato Grosso e, posteriormente, na assembleia de Mato Grosso do Sul.

## EMBAIXADOR RESPONDE CARTA DE SUPLYCY

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário carta “respeitosa e amiga” que lhe foi enviada pelo embaixador de Israel, Giora Becher, em resposta à carta aberta de Suplicy encaminhada ao diplomata, ao presidente Shimon Peres e ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, favorável à Expedição Gaza Livre. Suplicy pediu que Israel permita que cheguem à Faixa de Gaza os oito navios – três de passageiros e cinco de carga – que fazem a Expedição Gaza Livre, que saiu de Chipre na segunda-feira e deve chegar a Gaza em duas semanas. O embaixador reconhece na carta o apoio de Suplicy a Israel e ao povo judeu e diz que “Israel acompanha de perto a situação humanitária e tem trabalhado de forma consistente para assegurar todas as necessidades básicas dos residentes da Faixa de Gaza”.

## CCJ aprova maior controle sobre ferros-velhos

Projeto que pretende aumentar o controle sobre a comercialização de peças de veículos, para dificultar a compra e venda de componentes provenientes de roubos, foi aprovado ontem pela CCJ. A proposta que disciplina a atividade dos ferros-velhos segue para o Plenário, de onde vai à sanção presidencial se confirmada sua aprovação.

Além de sugerir regras mais duras para as atividades legais de desmontagem, o PLS 372/05 busca dificultar o desmanche ilícito. Prevê que a atividade dependerá de autorização específica do Detran de cada estado. Para coibir a venda de peças roubadas, estabelece a identificação das partes e dos componentes principais dos veículos.

## Nova regra de responsabilidade fiscal vai à CAE

A CCJ encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos, sem discutir o mérito, mas apenas o aspecto formal, o projeto de lei (PLS 406/09 – Complementar) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que proíbe a transferência de recursos públicos para entidades privadas que não imponham regras de rotatividade a seus dirigentes.

O projeto modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00) para condicionar o repasse de verbas públicas a entidades privadas que limitem a duração do mandato de seus dirigentes a quatro anos e admitam apenas uma recondução ao cargo.

O descumprimento dessa exigência levaria à imediata suspensão das transferências, restabelecidas apenas quando a entidade comprovar a adequação de seu estatuto às regras de rotatividade de dirigentes.

## Proposta limita recurso responsável por atraso nas ações trabalhistas

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem projeto que exige o depósito de 50% do valor da causa em discussão quando uma das partes entrar com agravo de instrumento na Justiça do Trabalho

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, medida para reduzir a duração dos processos trabalhistas. Será exigido da parte que recorrer ao agravo de instrumento o depósito de 50% do valor do recurso contestado, como forma de impedir o uso abusivo desse mecanismo, responsável por três quartos dos processos recebidos

na instância superior da Justiça do Trabalho.

Como lembrou o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator substituto do projeto de lei da Câmara (PLC 46/10) que propôs essa alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 74,85% dos processos recebidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 2008 referiam-se a agravos de

instrumento. Entre 2007 e 2008, esse mesmo tribunal registrou um aumento de 208,82% em sua utilização.

## Entidades

Também foi aprovado o PLS 191/06, do senador José Sarney (PMDB-AP), que dispensa a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do pagamento de diversos tributos. A proposta concede ainda o cancelamento de todos os débitos junto à Receita Federal.

O relator substituto, Tião Viana (PT-AC), defendeu a aprovação do projeto. O mérito da proposta, porém, só será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Plenário da CCJ, reunida ontem de manhã: senadores aprovaram, entre outras, propostas nas áreas trabalhista, da administração pública e da responsabilidade fiscal

## Senadores acatam projetos que criam cargos no governo federal

Três projetos de lei da Câmara que criam cargos efetivos e em comissão no serviço público federal foram aprovados em decisão terminativa ontem pela CCJ. O primeiro deles (PLC 49/10), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria 230 cargos efetivos no quadro de pessoal do TRT da 15ª Região, com sede em Campinas (SP). Desse total, 152 cargos são de técnico judiciário e 78 de analista judiciário.

Em seguida, a comissão aprovou o PLC 34/10, encaminhado

pela Presidência da República, que cria três cargos em comissão, de nível DAS-4, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Por fim, aprovou o PLC 53/10, também de iniciativa do Poder Executivo, criando 148 funções comissionadas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O valor das funções comissionadas vai variar de R\$ 1.186,39 (nível 1) a R\$ 3.837,62 (nível 4) e os ocupantes desta última faixa também terão direito a auxílio-moradia.

## Medida facilita concessão de pensão a soldados da borracha

Os seringueiros recrutados pelo governo na região Amazônica para trabalhar durante a 2ª Guerra Mundial – os chamados “soldados da borracha” – poderão comprovar ter exercido a atividade por meio de prova exclusivamente testemunhal e, assim, receber pensão vitalícia. É o que determina o projeto de lei (PLS 238/03) do ex-senador Sibá Machado aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O benefício previsto na Cons-

tituição é de pensão vitalícia de dois salários mínimos. No entanto, muitos não conseguem recebê-la em razão da exigência de provas materiais, como prevê a Lei 9.711/98.

O relator na CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), observou que àquela época os trabalhadores não possuíam carteira de trabalho assinada, assim como era pouco usual registro de ponto, recibo de pagamentos, cadastramento dos seringueiros ou quaisquer outras medidas documentais.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Jefferson Praia • Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Mão Santa • João Vicente Claudino

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



César Borges lastimou assassinato de delegado da cidade de Camaçari

## César Borges protesta contra crimes na Bahia

César Borges (PR-BA) disse que o assassinato de um delegado de Camaçari (BA), enquanto concedia uma entrevista a uma rádio, mostra "o descabro" a que chegou a população alarmada. O crime ocorreu ontem e a mídia passou a noticiar o fato junto com a reprodução do som dos tiros e dos gritos da mulher do delegado Clayton Leão.

O senador leu nota divulgada pela presidente da Associação dos Delegados de Polícia da Bahia, Soraia Pinto, a qual afirma que a população se tornou refém dos criminosos por causa da "incompetência do governo estadual" na área de segurança. A nota informa que outro delegado foi assassinado recentemente e uma delegada sofreu um atentado.



Para Antonio Carlos Júnior, episódio "assusta e envergonha a todos"

## ACM Júnior lamenta morte de delegado

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lamentou ontem o episódio em que o delegado Clayton Leão foi assassinado enquanto dava entrevista a uma emissora de rádio de Camaçari (BA).

– Esse é um episódio para não ser esquecido. É triste, nos assusta e envergonha a todos e exige pronta resposta do governador Jaques Wagner.

Antonio Carlos Júnior ressaltou que o assassinato, em uma emboscada, mostra que não é apenas a capital, Salvador, que se encontra à mercê da bandidagem.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública baiana, citados pelo parlamentar, 4.796 pessoas foram assassinadas na Bahia em 2009, um número 48,9% maior comparando-se aos dados de 2006.

CCJ aprova projeto que unifica e amplia para dez anos o prazo para que ações judiciais possam ser iniciadas contra governantes e servidores culpados de improbidade

# Prescrição maior para crimes contra administração pública

OS CRIMES CONTRA a administração pública podem ter um mesmo prazo para prescrição, de dez anos a contar da prática do ato ilícito, decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A prescrição é a extinção do direito de ação em decorrência da perda do prazo estipulado pela lei.

Aprovado em caráter terminativo, o PLS 537/03, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), altera a Lei da Improbidade Administrativa (8.429/92), pela qual as ações podem ser propostas no prazo de até cinco anos após o término do mandato ou do exercício do cargo em comissão ou de função de confiança. No caso de emprego público ou cargo efetivo, o prazo prescricional é determinado por lei específica.

Demostenes considera razoável o prazo único de 10 anos, de modo a diminuir a possibilidade de ocultação de informações e documentos pelo agente e, em se tratando de detentor de mandato eletivo, de sua reeleição.



Demostenes Torres (E), autor do projeto, com o relator na CCJ Alvaro Dias

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), que fez mudanças no texto original, argumenta que a legislação atual, ao remeter o tema da prescrição para leis aplicáveis aos diversos servidores, acaba "estabelecendo grande diversidade dos prazos prescricionais concretos". Este é um problema atacado pelo projeto, sustenta ele, citando também a importân-

cia de se fixar o início da contagem pela data do crime.

"Deve ser considerado o ato ilícito praticado, e não o sujeito envolvido, até mesmo porque pode haver vários agentes públicos comprometidos, bem como terceiros, o que, no sistema atual, geraria contagens diferenciadas de prazos prescricionais", justifica Alvaro Dias.

## Demostenes reafirma eficácia do Ficha Limpa

A polêmica em torno do alcance do projeto Ficha Limpa (PLC 58/10 – Complementar) voltou a ser suscitada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao ser questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente da comissão e relator da proposta, senador Demostenes Torres (DEM-GO), garantiu que a mudança no tempo verbal do texto (do passado para o futuro) sugerida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) não alterou o mérito do Ficha Limpa.

Segundo explicou Demostenes, a emenda de redação visou corrigir discrepâncias verbais no substitutivo aprovado pela Câmara, que continha expressões no passado e no futuro. Assim, onde estava expresso "tenham

sido condenados" passou a figurar "forem condenados". O relator assegurou que, excluída essa contradição, o texto final aprovado pelo Senado se aplica a casos futuros, mas também a processos em andamento cuja decisão pela condenação tenha sido contestada por recurso.

De iniciativa popular, o projeto Ficha Limpa impede a candidatura de políticos que tenham sido condenados por decisão colegiada da Justiça pela prática de crimes graves, como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Também amplia o período de inelegibilidade para oito anos nos casos de condenação por crimes eleitorais, hediondos, contra o meio ambiente e de

racismo.

Suplicy considerou que a explicação de Demostenes "traduziu o espírito com que todos votaram no Senado". Os esclarecimentos também foram elogiados pelos senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Gerson Camata (PMDB-ES).

– Espero que essa lei tenha consistência e seja aplicada de acordo com o desejo do legislador e a vontade da sociedade – declarou Valadares.

Por sua vez, Gerson Camata disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) trate de apressar não só os processos contra os políticos, mas também os que atentem contra a honra da classe política.

## Punição mais severa para combustível adulterado

Postos que comercializarem combustível adulterado poderão, além de multa, sofrer a suspensão temporária, parcial ou total de seu funcionamento. A ampliação da pena foi aprovada ontem pela CCJ. O mesmo vale para as empresas proprietárias dos postos que importarem ou exportarem combustíveis adulterados.

Atualmente, a Lei 9.847/99 – que regula a fiscalização do setor e fixa sanções administrativas – admite a pena de suspensão temporária das atividades somente em duas hipóteses: quando a multa máxima aplicada ficar aquém da vantagem financeira obtida pelo infrator ou em caso de reincidência.

O PLC 162/09, do deputado Celso Russomanno (PP-SP), teve apenas uma emenda de redação do relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), que acha importante que seja criada uma pena mais severa para as empresas envolvidas com a venda de combustíveis adulterados. O projeto agora será examinado pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

## Multa pesada para quem agir com má-fé na Justiça

Projeto que aumenta os valores da multa e da indenização nos casos em que a parte de um processo litigioso agir de má-fé foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O objetivo é tornar mais céleres os atos processuais.

Elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto (PLS 387/03) eleva de 20% para 50% o valor máximo da indenização. Já o limite máximo da multa nos casos de embargos de declaração manifestamente protelatórios passam de 20% para 50% sobre o valor da causa, na primeira ocorrência, e de 10% para 100% nos casos de reiteração desses embargos.

A proposta determina ainda que a responsabilidade pelo pagamento das despesas dos atos claramente protelatórios, impertinentes ou supérfluos não depende mais de impugnação pela outra parte e poderá chegar a dez vezes o valor original. O relator substituto, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), disse que o projeto atende aos objetivos da reforma do Judiciário.

## Indicação de Luiz Moreira para o CNMP avança

A indicação de Luiz Moreira Gomes Júnior para membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pelos próximos dois anos foi aprovada ontem pela CCJ, por unanimidade, em votação secreta, após sabatina dos senadores da comissão.

O indicado iniciou sua carreira como servidor do Tribunal de Justiça do Ceará, tendo atuado também como assessor jurídico no Ministério Público Federal. Relator da Indicação, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que o "brilhante currículo do indicado reflete as contribuições que o novo conselheiro poderá trazer ao CNMP".

Em sua exposição, Luiz Moreira destacou que seu papel no Conselho Nacional do Ministério Público será o de atuar como um representante da sociedade civil e trabalhar para restringir os eventuais abusos cometidos em relação ao modo como as competências complementares entre as instâncias política e jurídica são exercidas.

### Sugestões

Durante a sabatina, vários senadores elogiaram o currículo de Luiz Moreira e fizeram sugestões a ele, como provável membro do CNMP. Ao lembrar que o conselho atua não só como órgão punitivo, mas também como órgão de orientação, Demostenes Torres, presidente da CCJ, instigou o indicado a se preocupar com a atuação "exacerbada" do Ministério Público (MP) nos municípios, "situação que está desgastando a imagem do MP em todo o Brasil".

Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou ser preciso definir melhor o que é trabalho degradante e jornada exaustiva de trabalho na legislação que trata do trabalho análogo ao escravo "para não punir injustamente os bons patrões". Já César Borges (PR-BA) assinalou ser preciso que os membros do Ministério Público analisem a realidade orçamentária dos municípios antes de imporem obrigações.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Gerson Camata (PMDB-ES) também fizeram questionamentos.



Indicação de Luiz Moreira vai ao exame do Plenário

# Senado reverencia a memória de Jefferson Péres

O Senado Federal prestou ontem homenagem à memória do senador Jefferson Péres, falecido em 23 de maio de 2008. Projeto de resolução em tramitação na Casa prevê que seja dado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado o nome do senador amazonense, lembrado pelos colegas por sua luta em favor da lisura na administração pú-

blica e da ética na política. A homenagem foi requerida pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM), que assumiu o mandato no Senado após a morte de Jefferson Péres. Advogado, casado e pai de três filhos, José Jefferson Carpinteiro Péres nasceu em 19 de março de 1932, em Manaus. Exerceu cargos na Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas e no tribunal de Justiça do

estado. Foi vereador em dois mandatos, a partir de 1988, e eleito senador pela primeira vez para o período de 1995 a 2003. Na homenagem, senadores anunciaram o lançamento da coletânea, de quatro volumes produzida pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), com os pronunciamentos, projetos e pareceres de Jefferson Péres de 1995 a 2008.



Cristovam Buarque (E), colega de PDT, e Mão Santa (C) participaram da sessão de homenagem proposta por Jefferson Praia (D), que assumiu o mandato após a morte de Jefferson Péres, há dois anos

## Jefferson Praia destaca legado ético do senador

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) destacou em seu discurso o legado ético e o que chamou de "ideias-força" de Jefferson Péres, entre as quais a necessidade da reforma política e a de um projeto de nação para o Brasil.

Jefferson Praia pediu a aprovação de projeto de resolução (PRS 27/08) do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) que dá o nome de Jefferson Péres ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Para o senador, é um dever para com as gerações futuras preservar o legado político de Jefferson, "fiel aos seus ideais, ao longo de sua vida".

## MÃO SANTA

O principal legado de Jefferson Péres foi ter inspirado as novas gerações a entrarem na política, afirmou o senador Mão Santa (PSC-PI). Para ele, Jefferson foi um dos mais notáveis, respeitados e reverenciados parlamentares de sua geração.

Mão Santa disse ainda que Jefferson Péres era um homem de princípios, aberto ao diálogo e ao livre debate de ideias, "que fazia política guiado estritamente pelo interesse público e disso não abria mão".

Em seus últimos anos, lembrou Mão Santa, Jefferson Péres estava desapontado com a vida pública e pretendia abandonar a política e o Parlamento. Sua morte repentina, em 2008, representou uma perda para o país e para todos que acreditavam na representação popular com independência e dignidade.

## ALFREDO NASCIMENTO

O senador do PR amazonense destacou uma particularidade na trajetória de Jefferson Péres: a de dispensar apoio de determinadas pessoas e correntes políticas. Segundo Alfredo Nascimento, o ex-senador jamais pedia votos e escolhia o tipo de eleitor que deveria votar nele, e com isso deixava os outros políticos perplexos: se não pedia votos e se não tinha estrutura político-partidária, como poderia ganhar eleição?

– Esse era Jefferson Péres, um tipo de político em quem devemos nos espelhar.

O senador disse acreditar que, durante o exame do projeto Ficha Limpa, no dia 19 de maio, "o espírito de Jefferson Péres estava no Plenário e certamente vibrou com o resultado da votação".

Nascimento disse que o Senado jamais esquecerá Jefferson Péres, "um exemplo para todos os que fazem política com ética".

## ARTHUR VIRGÍLIO

Para o senador do PSDB do Amazonas, Jefferson Péres foi um dos mais respeitados personagens na história do Senado.

– Tratava-se de um homem de expressiva cultura literária, histórica, cultura geral, sem dúvida alguma, variada, com conhecimentos profundos da ciência do Direito e com uma orientação econômica bastante consolidada – disse Arthur Virgílio, lembrando que Jefferson Péres era um dos pilares da CCJ e uma das "vozes mais lúcidas" da CAE.

Arthur Virgílio afirmou que Jefferson Péres era grande amigo de seu pai, tendo escrito "o artigo mais bonito" falando da obra do também ex-senador, morto em 1987. Para o tucano, que relembrou fatos de seu convívio com o colega, Jefferson Péres marcou época no Senado.

## MOZARILDO CAVALCANTI

Jefferson Péres foi autor do primeiro projeto do Senado destinado a impedir que pessoas com ficha suja na Justiça disputassem cargos eletivos, lembrou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O segundo projeto, disse, foi do senador Pedro Simon (PMDB-RS), mas as duas propostas não andaram. Na semana passada, o Congresso acabou aprovando um projeto, com o mesmo objetivo, de iniciativa popular, que recebeu 1,6 milhão de assinaturas.

– O Ficha Limpa parece uma homenagem póstuma ao senador Jefferson Péres, que tanto lutou pela ética na política e na vida pública. É claro que Jefferson defendia um projeto mais ousado, mas esse foi o passo possível neste momento – disse Mozarildo, para quem Jefferson pregava ética na atividade político-administrativa e na vida pessoal e jamais aceitava algo que não fosse ético.

## PEDRO SIMON

O legado ético de Jefferson Péres foi destacado por Pedro Simon (PMDB-RS), para quem o senador amazonense – "muitas vezes mordaz, mas sem perder a ternura jamais" – faz muita falta ao Senado, ainda que, ao mesmo tempo, tenha inspirado os parlamentares, como se vê com a aprovação do Ficha Limpa. Simon lembrou o desencanto de Jefferson com a política, ante a quantidade de escândalos.

– Ele se sentirá o maior de todos os homenageados com a derrubada da parede que ainda separa a Constituição da Justiça e da cidadania verdadeiras. Ou a política da ética e do decoro parlamentar. Ou o Congresso do povo. Só assim terminará, ainda que tardiamente, o seu desencanto com a política. E ele descansará, enfim, em paz.

## CRISTOVAM BUARQUE

A rigidez de comportamento e a firmeza do discurso fizeram de Jefferson Péres uma figura diferenciada na política. Ele costumava dizer que preferia perder um voto a forçar um sorriso para ganhá-lo, segundo lembrou Cristovam Buarque (PDT-DF).

O parlamentar pelo Distrito Federal ressaltou que Jefferson Péres levava a ética ao extremo e se recusava a votar qualquer proposta que implicasse a quebra do orçamento fiscal ou que compromettesse a boa gestão da coisa pública.

Cristovam disse orgulhar-se do fato de haver disputado a Presidência da República, em 2006, tendo como candidato a vice, na chapa do PDT, o então senador Jefferson Péres.

## EDUARDO SUPLYCY

O senador destacou a participação do homenageado nas comissões, onde era "uma voz atenta de esclarecimento e fazia as perguntas mais pertinentes". Suplicy (PT-SP) enfatizou também a constante preocupação de Jefferson Péres com a ética na vida política e a transparência das atividades públicas.

Suplicy ressaltou ainda a qualidade de Jefferson Péres de iniciar debates difíceis, como a questão da descriminalização das drogas. Ao colocar suas ideias, lembrou, o senador amazonense salientou a necessidade de entendimento internacional sobre o tema.

## AUGUSTO BOTELHO

Além de lutar pela ética na política, na administração e na vida das pessoas, Jefferson Péres sempre defendeu a necessidade de reformas para a modernização da economia brasileira, segundo Augusto Botelho (PT-RR).

Embora sua pregação pela ética sempre seja mencionada, disse Augusto, Jefferson tinha posições firmes na área econômica, tendo participado ativamente da campanha O petróleo é nosso, na década de 1950.

Advogado e professor de economia da Universidade Federal do Amazonas, o então senador Jefferson Péres cumpriu, na opinião de Augusto Botelho, os dois grandes objetivos que fixou para seu mandato: contribuir para o desenvolvimento do país e da Amazônia e trabalhar pela defesa da ética na política brasileira.

## OSMAR DIAS

Líder do PDT, o senador paranaense disse que a maior homenagem que se pode prestar à memória do político amazonense é aprovar o projeto de resolução que dá o nome de Jefferson Péres ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– Dentro daquela sala, aprovamos a cassação do único senador cassado – disse Osmar Dias, referindo-se ao processo contra Luiz Estevão, em 2000.

Ele recordou que, mesmo quando a imagem do Senado esteve abalada, Jefferson representava o respeito à ética e ao dinheiro público.

Osmar Dias recordou também que ambos saíram do PSDB para o PDT e trocaram ideias sobre a crise no Senado na mesma época, quando Jefferson confidenciou-lhe sua intenção de abandonar a política.